



**UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO/CAMPUS I
Curso de Pedagogia
Componente Curricular:
Trabalho de Conclusão de Curso II**

DÁLETE SILVA MACHADO BITENCOURT NETTO

**Meninas Negras e a Educação: desafios para a construção da autoestima no
processo de ensino-aprendizagem**

Salvador

2022

Dálete Silva Machado Bitencourt Netto

Meninas Negras e a Educação: desafios para a construção da autoestima no processo de ensino-aprendizagem

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial de avaliação para obtenção do grau de licenciada em Pedagogia, da Universidade do Estado da Bahia, Departamento de Educação, Campus I – Salvador.

Orientadora: Prof.^a Ma. Cecília Conceição Moreira Soares.

Salvador

2022

FICHA CATALOGRÁFICA
Sistema de Bibliotecas da UNEB

B624m

Bitencourt Netto, Dálete Silva Machado

Meninas negras e a educação: desafios para a construção da autoestima no processo de ensino-aprendizagem / Dálete Silva Machado Bitencourt Netto. - Salvador, 2022.

40 fls : il.

Orientador(a): Profª Drª Cecília Conceição Moreira Soares.

Inclui Referências

TCC (Graduação - Pedagogia) - Universidade do Estado da Bahia. Departamento de Educação. Campus I. 2022.

1.Autoestima. 2.Racismo. 3.Educação - lei 10.639.

CDD: 376

Dedico este meu trabalho, primeiramente a Deus, que é o meu guia para tudo, em minha vida. Aos meus filhos Júlia e Leonardo, pelo amor e dedicação, que sempre estão prestes a dar força em todas as minhas decisões, juntamente com os meus pais, em especial à minha mãe que sempre me incentivou nos meus estudos, aos meus irmãos e sobrinhos, que juntos torcem e vibram a cada conquista alcançada, referente ao meu sucesso. Não esquecendo das meninas, mulheres negras que contribuíram de alguma maneira na minha formação pessoal, acadêmica e profissional.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, por mais uma etapa, uma vivência rica em experiências para uma nova formação em minha vida. Aos meus filhos, pais, irmãos, sobrinhos, familiares, pelo incentivo de sempre. A minha turma do curso de Pedagogia 2016.1 diferenciada e acolhedora, a cada um, que juntos pudemos vivenciar e compartilhar muito conhecimento e momentos inesquecíveis e prazerosos com muita dedicação. A todos os professores que de alguma forma contribuíram para o meu aprendizado nesta caminhada, entre eles, professor Raphael Rodrigues Vieira Filho, professora Cláudia Pons Cardoso, professora Miralva dos Santos Silva e em especial, à querida professora Cecília Conceição Moreira Soares pelo grande auxílio e orientação na construção deste trabalho, pelas conversas, reuniões presencial e virtuais, revisões, no qual fez os elogios, quando foi de merecimento, como deu os devidos puxões de orelha, no que poderia ser melhorado. Agradeço pela paciência, no direcionamento até aqui. Só gratidão, pelos ensinamentos. Foi uma honra poder compartilhar destes momentos, pela sua trajetória acadêmica, sendo de fundamental importância para o resultado final deste projeto. Por fim, agradeço à professora Márcia Maria da Silva Barreiros, por ter tido a disponibilidade, em aceitar participar da minha banca. Com certeza irá agregar com às suas respectivas contribuições, comentários e avaliações, para a finalização deste trabalho. O meu reconhecimento e valorização a todas as meninas e mulheres negras que passaram e estão presentes e atuantes no meu convívio social.

A todos, o meu muito obrigada!

“Quando falamos da História do povo negro, sempre nos lembramos da violência inenarrável da escravidão, mas não devemos nos esquecer de que nas lutas pela sobrevivência e pela superação da violência sempre estiveram presentes a criação de alegria, de beleza e de prazer. Estes são os presentes do povo negro para o mundo”.

Angela Davis

RESUMO

Este trabalho tem o objetivo de refletir sobre o processo de construção da identidade de meninas negras em meio ao contexto escolar. Esta vontade de falar sobre elas deu-se pela vivência e observação em sala de aula, de alunas, em referência a aceitação de sua própria identidade. O trabalho aponta para a necessidade de refletirmos sobre trazer para a sala de aula práticas pedagógicas antirracistas com embasamento na Lei nº 10.639/03 para contribuir na construção de identidade das mesmas, visando a diminuição da discriminação e do preconceito. A fonte de pesquisa utilizada é a bibliográfica com o intuito de compreender e explicar, fazendo um breve percurso histórico sobre o racismo, desde a época do Brasil colônia até a abolição da escravatura para uma conscientização de formação e valorização da identidade negra. Passando pela legislação brasileira, dando ênfase a Lei nº 10.639/03, que visa combater o racismo e a discriminação racial no espaço escolar, fazendo uma abordagem sobre a origem do feminismo no Brasil e por fim, verificando a formação de professores para uma educação com práticas antirracistas a serem trabalhadas na sala de aula.

Palavras-chave: Autoestima; Racismo; Lei 10.639

ABSTRACT

This work aims to reflect on the process of construction of the identity of black girls in the midst of the school context. This willingness to talk about them was due to the experience and observation in the classroom of students, in reference to the acceptance of their own identity. The work points to the need to reflect on bringing anti-racist pedagogical practices to the classroom based on Law No. 10.639/03 to contribute to the construction of their identity, aiming at reducing discrimination and prejudice. The research source used is the bibliography in order to understand and explain, making a brief historical journey on racism, from the time of colonial Brazil until the abolition of slavery for an awareness of formation and appreciation of black identity. Passing through the Brazilian legislation, emphasizing Law n° 10.639/03, which aims to combat racism and racial discrimination in the school space, making an approach on the origin of feminism in Brazil and finally, verifying the training of teachers for an education with anti-racist practices to be worked on in the classroom.

Keywords: Self esteem; Racism; Law 10.639

SUMÁRIO

Introdução	9
2- Breve histórico sobre o racismo no Brasil	15
2.1- Considerações históricas sobre o racismo no Brasil	15
2.2- A legislação brasileira e o combate ao racismo no Brasil	19
3- O feminismo no Brasil e a construção identitária de meninas negras	22
3.1- A origem do feminismo no Brasil	22
3.2- A construção da identidade de meninas negras	24
4- Da formação de professores às práticas pedagógicas antirracistas	26
4.1- Formação de professores	26
4.2- As práticas pedagógicas antirracistas	29
Considerações finais	33
Referências	35

Introdução



100meninasnegras.tumblr.com/post/17547

Ser mulher é muito difícil e sendo negra, então, a dificuldade é maior ainda. Dentre os muitos desafios a busca pela equidade de gênero e raça, a exclusão e a marginalização social, assim como a vulnerabilidade, a que a mulher negra era e é submetida, fazem parte de uma herança histórica, profundamente comprometida com a escrita colonialista e distorção das reações dos povos escravizados

Durante toda a escravidão, as mulheres escravas e libertas tinham uma vida sofrida, pois serviam obrigatoriamente aos seus senhores, sendo alvo de violências constantes. Além da opressão social, não tinham direito aos cuidados na maternidade, eram forçadas a trabalhar durante toda a gestação, forçadas a cuidar dos filhos dos senhores. Qualquer semelhança com os dias de hoje não é mera coincidência.

A mulher negra sempre teve a sua relevância e presença na sociedade escravista, particularmente com uma participação ativa no trabalho informal, com a venda de produtos, como doces, guloseimas, quitutes, sendo conhecidas como ganhadeiras, além das atividades domésticas, pois a economia girava em torno dos negros, naquela época. (Cecília Soares, 1994; 2006)

Diante dos muitos temas que envolvem a existência da mulher negra fiz o seguinte recorte temático: As Meninas Negras e a Educação: desafios para a construção da autoestima no processo de ensino-aprendizagem, com o objetivo de analisar a importância de práticas pedagógicas antirracistas para a construção da identidade racial das meninas negras. Consideramos meninas

negras, meninas de cor escura, negras e mestiças, que assumem às suas origens, tendo orgulho dos seus antepassados e de si mesmas.

As meninas negras, as quais me refiro nesta pesquisa, enfrentam vários obstáculos em relação à construção de sua autoestima, no contexto do ambiente escolar da Educação Básica, na qual destaco, meninas entre 11 aos 15 anos, devendo-se refletir sobre como este processo de ensino-aprendizagem pode colaborar para a formação da identidade negra dessas meninas. Ter autoestima é sentir-se confiante e valorizada, porém as desigualdades sociais, preconceitos e discriminações raciais impactam de uma forma negativa nesta construção de identidade, tanto nos aspectos sociais quanto nos psicológicos.

De acordo com Taylor (1994: 58), “um indivíduo ou um grupo de pessoas podem sofrer um verdadeiro dano, uma autêntica deformação, se a gente ou a sociedade que os rodeiam lhes mostram como reflexo, uma imagem limitada, degradante, depreciada sobre ele”. Esta é uma realidade que muitas meninas negras sentem na pele, passando por experiências de preconceito e discriminação em função do racismo. A grande maioria vive, devido às hierarquias raciais, em regiões periféricas e são socialmente menos favorecidas. Importante frisar que as desigualdades sociais são diferenças existentes entre as classes e as condições de acesso a direitos, bens e serviços, somando-se às desigualdades de gênero e de raça, intensificando o lugar de exclusão.

Muitas meninas negras são impactadas diante da variedade de informações que as cercam e que infelizmente são apresentadas com termos e atitudes preconceituosas, ao ponto de interferirem em sua autoestima. Por isso, além da família, a escola deve abordar temas de fundamental importância para a elevação e afirmação da autoestima, fazendo com que elas entendam que são bonitas, podem estudar, trabalhar, ter voz, que elas podem ocupar qualquer espaço, não se deixando ser silenciadas e, assim, se perceberem importantes tanto para o seu meio de convivência quanto para a sociedade. Este processo não é nada fácil, uma vez que sabemos das interferências e dificuldades que a sociedade racista impõe através do racismo estrutural, muitas vezes de forma velada, principalmente, no ambiente escolar, onde são colocadas à prova a todo momento.

Segundo Anjos (2019), não podemos perder de vista que entre os principais entraves ao desempenho do negro na sociedade brasileira destaca-se a interiorização deste na escola. Esta interiorização é o processo mental segundo o qual o indivíduo se afasta ou se separa da realidade e das contingências exteriores, isolando-se na intimidade do seu eu, reflexo do racismo de uma sociedade não representativa, onde a ausência de debate em relação às questões étnico-raciais faz com que persista uma superioridade da pessoa branca no ambiente escolar.

Por estar atuante, desde 1994, em algumas escolas particulares e públicas em Salvador, como estagiária ou professora regente, pois tenho formação no curso de Magistério e sou graduada no curso de Letras Vernáculas com Inglês, pela UCSAL(Universidade Católica do Salvador), através das minhas experiências na área da educação, sempre me inquietou, principalmente nas escolas públicas, que é possível identificar muitas meninas negras, com autoestima baixa, não se achando bonita, rejeitando a sua cor, o seu cabelo, sem se reconhecer parte de um grupo e sem se sentir representada, diante de uma sociedade racista que às exclui. Sendo que elas precisam de atenção e serem assistidas, tanto no ambiente escolar como no familiar, pois em muitos dos casos, elas são criadas pelas mães solo, que são mães que cuidam sozinhas de seus lares e filhos, assumindo de forma exclusiva, todas as responsabilidades. Criadas também pelas, avós, tias, madrinhas que muitas das vezes precisam sair para trabalhar sem disponibilidade de acompanhá-las no seu processo de crescimento, tanto no âmbito pessoal, como educacional.

Assim, diante desta realidade, fico a me perguntar: Como despertar a autoestima das meninas negras no contexto escolar, diante de tantos obstáculos que giram em torno delas? O racismo está presente no dia a dia destas meninas, como a educação antirracista pode contribuir para a construção da identidade de meninas negras no contexto escolar, para que elas sintam-se representadas e inseridas na sociedade?

Estas são algumas das questões norteadoras, a serem refletidas, de modo a contribuir para construção de identidade e da autoestima de meninas negras no ambiente escolar.

É de fundamental importância que seja discutido nas escolas a temática racial, pois, na maioria das vezes essa questão não é abordada de forma significativa no ambiente escolar. Em alguns casos o tema faz parte do Projeto Político Pedagógico das escolas, mas não é aplicado de maneira que atenda às necessidades, para que possa ser trabalhado com efetividade e venha contribuir para a autoestima positiva de alunos negros, em especial das meninas negras e para a construção da identidade racial das mesmas. Conforme Moitinho (2009), em sua Dissertação de Mestrado, a escola e o currículo podem procurar desconstruir identidades essencializadas e estereotipadas e proporcionar a construção de práticas pedagógicas e estratégias de promoção das igualdades raciais dentro do contexto escolar e também a valorização das diferentes identidades em construção presentes no cotidiano escolar.

De maneira geral, é dada ênfase as questões étnico-raciais apenas nas datas comemorativas, como 13 de Maio, data da assinatura da Lei Áurea, pela Princesa Isabel, abolindo a escravidão e o 20 de Novembro, dia da Consciência Negra, abordado anualmente e esporadicamente por alguns professores.

A escola deve dar mais notoriedade a esse tema e efetivar de uma forma consistente a Lei nº 10.639/03 para o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana para que seja discutido o assunto e contribua para a educação das relações étnico-raciais na escola.

Abordar a autoestima de meninas negras, é voltar às minhas origens, pois minha avó materna era negra e muitas foram as mulheres negras fortes e determinadas que passaram e ainda se encontram na minha vida. Diante de tudo isso, vejo a necessidade e a importância de discutir sobre este assunto, que me chama bastante à atenção com a realidade de convivência com muitas meninas negras no Colégio Estadual Raphael Oliveira, onde eu leciono e atuo pelo sistema REDA. Como educadora, preciso contribuir e incorporar nas minhas práticas pedagógicas ações que possam dar visibilidade às meninas negras, fazendo com que elas se apropriem do conhecimento sobre as suas referências éticas e culturais, sentindo-se reconhecidas no contexto escolar e valorizadas diante das práticas discriminatórias e racistas presentes no dia a dia, desconstruindo padrões impostos pela sociedade racista para que tenham igualdade de direitos, que lhes foi e ainda são negados, até os dias de hoje,

implicando assim na forma de agir e de pensar. Esta pesquisa contribui para mais reflexões sobre meninas negras e a promoção da autoestima através das práticas de ensino com uma proposta antirracista. Estas questões justificam a importância deste trabalho de conclusão de curso.

Esta pesquisa apresentará uma abordagem qualitativa considerando o contexto em que ela está inserida, da sociedade a que pertence. “A abordagem qualitativa de um problema, além de ser uma opção do investigador, justifica-se, sobretudo, por ser uma forma adequada para entender a natureza de um fenômeno social” (RICHARDSON, 1999: 80).

A pesquisa será exploratória, procurando envolver um levantamento bibliográfico, de modo a fornecer informações para uma investigação mais precisa. Conforme salienta Triviños (1987), os estudos exploratórios permitem ao investigador aumentar sua experiência em torno de determinado problema, destacando que pode servir ainda para levantar possíveis problemas de pesquisa.

E quanto aos procedimentos, a pesquisa será de cunho bibliográfico, onde analisaremos alguns autores que pesquisam sobre o tema sendo a investigação através do estudo do conhecimento armazenado tradicionalmente em livros e documentos. Segundo Marconi e Lakatos (1992), a pesquisa bibliográfica é o levantamento de toda a bibliografia já publicada, em forma de livros, revistas, publicações avulsas e imprensa escrita. A sua finalidade é fazer com que o pesquisador entre em contato direto com todo o material escrito sobre um determinado assunto, auxiliando o cientista na análise de suas pesquisas ou na manipulação de suas informações. Ela pode ser considerada como o primeiro passo de toda a pesquisa científica. Contudo, para este trabalho nos basearemos em algumas referências que direta ou indiretamente tratam das questões aludidas no mesmo. Os conceitos a serem trabalhados são: a autoestima (KERNIS, 2005), o racismo (GOMES,2005); (SANTOS,2001); (SILVA,2012).

Esta monografia de conclusão de curso está dividida em 3 capítulos, incluindo a introdução, as considerações finais e as referências bibliográficas e das imagens:

Na Introdução foi apresentado o tema, justificativa e metodologia;

No capítulo 2. Breve histórico sobre o racismo no Brasil: no qual será abordado sobre as considerações históricas e a legislação brasileira e o combate ao racismo;

No capítulo 3. O feminismo no Brasil e a construção identitária de meninas negras: onde será relatado sobre a origem do feminismo no Brasil e a construção da identidade de meninas negras;

No capítulo 4. Da formação de professores às práticas pedagógicas antirracistas: no qual será explanado sobre a formação de professores e as práticas pedagógicas antirracistas;

As considerações finais: na qual obteremos o desfecho do trabalho;

E por fim, as referências: bibliográfica e das imagens com a relação detalhada de todas as obras consultadas.

2. Breve histórico sobre o racismo no Brasil



Brunnajoshua.blogspot.com/2019/01/

Neste capítulo, irei abordar brevemente sobre o racismo no Brasil, enfatizando o contexto histórico, que teve origem no período colonial, no século XVI, com a escravização de africanos (as), através dos navios negreiros. Os africanos na condição de escravos, eram transportados como mercadoria, utilizados como mão-de-obra forçada, deixando marcas profundas, na memória dos afrodescendentes. A situação de desigualdade social e racismo estrutural está relacionado diretamente com a história da escravidão brasileira, por isso se faz necessário ainda, refletir sobre os tipos de racismo e suas repercussões no cotidiano escolar das meninas negras, visando o combate ao racismo, segundo às leis vigentes.

2.1- Considerações históricas sobre o racismo no Brasil

O racismo no Brasil teve a sua origem, na formação social do Brasil, tornando-se um problema que nos afeta até os dias atuais. Desta forma, a construção da identidade negra foi e é impactada com a história da escravidão. O Brasil traz no seu processo de construção, a negação do racismo, desde a abolição da escravatura, em 1888, onde teve-se a falsa percepção de que os negros estavam livres, mas eram ignorados demonstrando que a alforria não os libertou totalmente. O racismo é conceituado como uma discriminação social, que pode ser baseado na superioridade de uma raça, etnia, ou uma

característica física, em detrimento de outra que, por causa de sua situação racial, se autodomina raça superior (SILVA, 2012).

Todavia, já para Hélio Santos (2001: 85), o racismo parte do pressuposto da “superioridade de um grupo racial sobre outro” assim como da “crença de que determinado grupo possui defeitos de ordem moral e intelectual que lhe são próprios”.

A abolição da escravatura no Brasil não livrou os ex-escravos e/ou afro-brasileiros da discriminação racial e das consequências nefastas desta, como a exclusão social e a miséria. A discriminação racial que estava subsumida na escravidão emerge, após a abolição, transpondo-se ao primeiro plano de opressão contra os negros. Mais do que isso, ela passou a ser um dos determinantes do destino social, econômico, político e cultural dos afro-brasileiros (HASENBALG, 1979; SANTOS, 1997).

Apesar da lógica da razão que afirma a igualdade entre as raças/etnias, congregadas na dimensão da raça humana, ainda predomina, a construção do imaginário e representações coletivas negativas sobre o negro na nossa sociedade. Considerando que esse imaginário e essas representações, foram construídas, no contexto brasileiro, a partir do regime escravocrata que legitimava o lugar dos negros e como inferiores na configuração social e que, mesmo com o processo de abolição, essa noção de inferioridade se estende aos mecanismos sociais de acesso aos bens materiais e culturais, a discriminação racial apoia-se nesta lógica para balizar as relações sociais entre negros e não-negros. (MUNANGA, 2005: 19).

Os negros passaram por um processo histórico de extrema desumanização, onde eram tratados como objetos, mercadoria, e tudo isto impacta até os dias de hoje, na sua construção da identidade. Estando ainda no inconsciente coletivo da nossa sociedade um pensamento que marginaliza as pessoas negras, impedindo-as de se constituírem como cidadãs plenas. O referencial de beleza de padrão de indivíduo perfeito é sempre idealizar o branco, o que causou e continua provocando uma tentativa de branqueamento da população negra, para que se encaixe em um padrão tido como “ideal”, onde apenas o branco é reconhecido e valorizado. As ideias racistas destroem os

valores do negro fazendo-se com que sintam-se envergonhados da sua raça, em muitos casos.

Sendo assim, o racismo persiste porque os privilégios da população branca que foram herdados da escravidão em relação aos negros impactam diretamente na vida de muitas meninas negras que trazem consigo uma imagem negativa de si mesmas, no que diz respeito à estética, como também às suas ações no ambiente familiar e escolar, passando por várias situações discriminatórias raciais dentro e fora da escola, sofrendo humilhações e rejeições. Nesse sentido, a sala de aula e a Educação Básica como um todo têm se caracterizado como um espaço de tensões (GOMES, 1995).

A autoestima representa um aspecto avaliativo do autoconceito e consiste num conjunto de pensamentos e sentimentos referentes a si mesmo (ROSENBERG, 1965). Trata-se, portanto, de uma orientação positiva (autoaprovação) ou negativa (depreciação) de voltar-se para si mesmo e, nesta concepção, a autoestima é a representação pessoal dos sentimentos gerais e comuns de autovalor (KERNIS, 2005).

Diante disso, os jovens negros sentem dificuldade de consolidar, positivamente sua identidade e autoestima. Isto se dá, principalmente, pela vinculação do negro com situações pejorativas, através de apelidos, brincadeiras e comparações grosseiras e desagradáveis. Dessa forma, a representatividade torna-se um elemento importante para a construção identitária das meninas negras.

Segundo Andrade (2020), por representatividade, entende-se a expressão dos interesses de um grupo por meio de uma figura representante que fala coletivamente e posiciona-se socialmente comprometida com as demandas e necessidades de seus representados. A representatividade caracteriza-se, portanto, como um retrato da subjetividade e da identidade dos indivíduos que integram um determinado grupo. Nas artes e na mídia, a representatividade prioriza a pluralidade em detrimento de visões estereotipadas ou arquetípicas para que, dessa forma, o imaginário coletivo seja reconstruído com mais variedade.

Desta forma, é de extrema importância que as meninas negras sintam-se representadas e se reconheçam como parte da sociedade, inspirando-se em outras pessoas negras a ocuparem posições de poder e buscando os seus espaços e direitos, tendo-as como inspiração. A história da escravatura sempre minimizou o impacto que a escravidão causou no negro e ainda causa nos seus descendentes idealizando sempre o branco, tido como padrão “ideal”, como já foi citado, mantendo a população negra em posição de subalternidade, sendo frutos dos efeitos do racismo e da desigualdade, e sendo desfavorecidos nas mais diversas categorias, fazendo com que através do racismo estrutural no Brasil, a sociedade não se reconheça como racista.

O racismo é um comportamento, uma ação resultante da aversão, por vezes, do ódio, em relação as pessoas que possuem um pertencimento racial observável por meio de sinais, tais como: cor da pele, tipo de cabelo, etc. Ele é por outro lado um conjunto de ideias e imagens referentes aos grupos humanos que acreditam na existência de raças superiores e inferiores. O racismo também resulta da vontade de se impor uma verdade ou uma crença particular como única e verdadeira (GOMES, 2005:52).

Segundo Munanga (2005), o racismo advém de barreiras sociais, culturais, econômicas e políticas baseadas na existência da diversidade étnica e racial que resultam em processos discriminatórios, segregativos e marginalizantes da população negra.

Diante deste contexto, o racismo persiste no convívio escolar das meninas negras, que não se sentem representadas e acolhidas, interferindo nas suas vivências, com grande impacto, que é causado devido à resistência em não ser trabalhado de uma forma abrangente a diversidade étnico-racial.

Nas propostas curriculares dos currículos escolares, existe a dificuldade destas meninas, e de um modo geral, das pessoas negras se reconhecerem e assumirem-se como afrodescendentes, quando há a negação, principalmente, quando não se discute questões históricas e culturais, como forma de valorização da história e da cultura afro-brasileira e africana.

Contudo são várias as formas de racismo que existem, de diferentes tipos, e aqui trago a definição de dois deles, racismo estrutural que é um conjunto de

práticas discriminatórias, institucionais, históricas, culturais dentro de uma sociedade que frequentemente privilegia algumas raças em detrimento de outras. O termo é usado para reforçar o fato de que há sociedades estruturadas com base no racismo, que favorecem pessoas brancas e desfavorecem negros e indígenas, e o racismo institucional que é a desigualdade de tratamento que os negros recebem em relação aos brancos dentro de uma instituição. Portanto, se uma pessoa recebe um tratamento diferente por ser negra, isso se enquadra em um caso de racismo institucional.

2.2- A legislação brasileira e o combate ao racismo no Brasil

A primeira legislação a incluir o racismo como crime foi a Lei 1390/51 de 3 de julho de 1951, também chamada de “Lei Afonso Arinos”, foi uma lei proposta por Afonso Arinos e promulgada por Getúlio Vargas, essa lei proíbe a discriminação racial no Brasil, e prevê igualdade de tratamento e direitos iguais. Teve grande importância histórica, por ser a primeira lei a reconhecer o racismo no Brasil, mas tinha como característica de ser uma lei branda, e com penas de pouco rigor, outras críticas direcionadas para essa lei, é a ausência das discriminações por religião (BRASIL. Lei nº 1.390, de 3 DE JULHO DE 1951).

A lei Afonso Arinos foi derogada pela Lei 7716/1989, mas ainda pode ser aplicada contra preconceitos por sexo ou estado civil. A Lei 7716/1989 também conhecida como Lei Caó, por causa do parlamentar Carlos Alberto Caó, autor do projeto de Lei na Câmara dos Deputados, essa lei inovou ao caracterizar a prática de racismo como crime, em um cenário aonde este era considerado apenas uma contravenção penal. Nessa lei, as penas são mais duras, variando entre 2 a 5 anos de reclusão. O racismo como crime, foi citado um ano antes, em nossa constituição federal, quando diz em seu Art. 5, inciso XLII – “A prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei;” (BRASIL. Lei nº 7.716, de 5 DE JANEIRO DE 1989).

Em 9 de janeiro de 2003, a Lei nº 10.639 alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394), instituindo a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Africanas e Afro-Brasileiras nos currículos da Educação Básica no Brasil. No ano seguinte, o Conselho Nacional de Educação aprovou as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais (BRASIL. Lei nº 10.639, de 9 de JANEIRO de 2003).

A Lei nº 10.639/03 visa combater o racismo e a discriminação racial no espaço escolar em diferentes níveis do ensino e é de extrema importância. A escola deve agregar ao contexto escolar a cultura africana, que é de extrema relevância, para contribuir que a sociedade reconheça a História do negro no Brasil, e para que as meninas negras não se sintam vulneráveis e invisíveis no processo de reconhecimento de sua identidade e pertencimento racial.

Todavia, outra lei foi criada para tentar reduzir o racismo em nosso país, a Lei nº 12.288, de junho de 2010 também chamada de Estatuto Da Igualdade Racial, objetiva garantir à população negra a efetivação da igualdade de oportunidades, a defesa dos direitos étnicos individuais, coletivos e difusos e o combate à discriminação e às demais formas de intolerância étnica (BRASIL. Estatuto da Igualdade Racial. Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010).

Essa lei entrou em vigor em 20 de outubro de 2010, tendo como objetivo a correção de desigualdades históricas na sociedade brasileira, estabelecendo políticas de educação, saúde, cultura, esporte, lazer, e trabalho para a população negra, bem como defesa dos direitos das comunidades quilombolas e proteção as religiões de origem africana. (Genro et al 2012)

A escola deve propor com a Lei 10.639/03 ter como uma das práticas sociais desempenhar o combate ao racismo. É de extrema importância que nela se trabalhe práticas pedagógicas antirracistas, pois ela tem um papel fundamental para a construção da identidade racial e autoestima dos alunos e alunas negras. Estas práticas pedagógicas antirracistas, contribuem para desconstrução das representações e estereótipos negativos que envolvem o sujeito de cor negra.

É importante, que os currículos e materiais de ensino sejam bem elaborados, sendo contemplados com a diversidade de culturas e de memórias coletivas dos vários grupos étnicos que compõem a nossa sociedade, promovendo às nossas diferenças culturais, ofertando igualdade de oportunidades para todos os brasileiros, pois trabalhando estas relações, intensificamos a construção da identidade no processo de construção e reconstrução dos valores sociais.

Segundo Jader Silveira (2021:6), a Educação das Relações Étnico-raciais configura-se como uma ação educacional de atendimento direto à demanda da população afrodescendente, por meio da oferta de políticas de ações afirmativas e pedagógicas inscritas na Educação Básica. Pode, ainda, ser entendida como políticas de reparações, reconhecimento e valorização da história do povo negro, cultura e identidade associadas ao contexto de aprendizagem escolar. Esse serviço é composto por proposição de conteúdo curricular de abrangência das dimensões históricas, sociais e antropológicas inerentes à realidade brasileira, através de ações de reformulação pedagógica que possam ressignificar o processo de aprendizagem dos estudantes, sobretudo da população negra, por meio do reconhecimento identitário e da valorização sociocultural. No âmbito social, a Educação das Relações Étnico-raciais atua como estratégia de combate ao racismo e às violências de caráter epistemológico.

Conforme Alves (2012) é preciso mostrar na sala de aula que o nosso Brasil é um país de formação multirracial, ou seja, formado por misturas de raças, crenças e costumes e independente disso, devemos respeitar e valorizar a cultura que cada pessoa traz.

No contexto escolar o professor pode promover discussões que contribuam para a construção identitária de meninas negras, pois conhecer a história da África e sua relação com a história do povo brasileiro pode auxiliar na superação de preconceitos. Assim, é importante fomentar nas escolas as diretrizes propostas pela Lei 10.639/03, a fim de que tais práticas educacionais sugeridas viabilizem a discussão acerca das relações étnico raciais.

3- O feminismo no Brasil e a construção identitária de meninas negras



Pinterest/meninas-negras-desenho

O presente capítulo abordará a origem do feminismo no Brasil, que se deu a partir do século XIX, marcado pelo movimento social das mulheres de elite, pelos direitos civis, por frequentar escolas; escolher a própria profissão e se divorciarem, dentre outros. Somado a isto, serão discutidas questões sobre a construção da identitária de meninas negras.

3.1- A origem do feminismo no Brasil

O feminismo originou-se nos movimentos sociais surgidos no período das revoluções liberais com inspiração nos ideais iluministas, tais como a Revolução Francesa e a Revolução Americana.

Segundo o dicionário Aurélio, feminismo é o sistema dos que preconizam a ampliação legal dos direitos civis e políticos da mulher ou a igualdade dos direitos dela aos do homem.

Já de acordo com Soares (1994), é entendido como a ação política das mulheres, englobando teoria, prática e ética. A autora reconhece as mulheres, historicamente, como sujeitos da transformação de sua própria condição social.

O movimento feminista no Brasil passou a ter relevância social no final do século XIX com a bióloga Bertha Lutz, segunda mulher a ingressar no serviço público brasileiro. Ela foi uma das pioneiras do movimento feminista no Brasil, responsável pela organização do movimento sufragista no país e por algumas ações políticas que acabaram resultando em leis que deram igualdade de direitos políticos e direito de voto às mulheres (PINTO, 2003).

O movimento feminista tem como pauta a luta pela igualdade social, política e econômica entre os sexos e a libertação da mulher, visando combater à opressão em que as mesmas são submetidas, sendo que elas almejam alcançar autonomia e protagonismo frente à sociedade. No Brasil, o surgimento do movimento estava bastante relacionado com a chegada dos ideais anarquistas e socialistas que haviam sido trazidos da Europa pelos imigrantes, tendo como destaque a luta pela educação feminina, direito de voto e abolição dos escravos.

A causa feminista tem como importância tentar vencer o histórico de desigualdade de gênero, que em tempos atuais ainda se reflete em aspectos como a violência contra mulher, as diferenças salariais entre homens e mulheres, a diferença em como meninos e meninas são educados e até nos padrões de beleza em que às mulheres são impostas. Este movimento vem promovendo mudanças políticas e sociais em benefício das mulheres e da sociedade de uma forma geral e democrática, pois as mulheres sempre estiveram presentes nos movimentos de contestação e mobilizações ao longo da nossa história, passando a ser protagonistas.

Entre as várias vertentes do feminismo, destaco aqui o feminismo negro, que teve início na década de 1970, com o Movimento de Mulheres Negras (MMN). A luta feminina negra é uma forma de garantir igualdade à mulher negra no que diz respeito a sua cor e ao seu sexo, buscando dar visibilidade às pautas deste grupo diante às condições de vulnerabilidade política e social a que estão sujeitas, pois as mesmas perceberam que as suas especificidades não estavam presentes na luta cotidiana do movimento feminista.

Para CARNEIRO (2011) o racismo, por exemplo, reflete em várias dimensões da sociedade, como por exemplo, no mercado de trabalho, no âmbito

escolar e no modo como os negros e negras são tratados pelos aparatos repressivos do Estado. Há uma cultura enraizada que criminaliza o negro em todas as dimensões sociais, ele está sempre sujeito a sofrer uma violência física, psicológica ou moral por causa da sua cor.

Por esse motivo as mulheres negras perceberam que, mesmo estando nas lutas sociais havia uma ausência de percepção de gênero nas discussões, reflexões e proposições de superação do racismo, bem como uma ausência de raça na luta pela igualdade de gênero. (GOMES, 2008, nº de série 160).

O feminismo negro visa combater a invisibilidade em diferentes contextos e as opressões sofridas pelas mulheres negras que são colocadas à margem da representação na sociedade. Diante de toda esta mobilização e organização das mulheres negras perante a falta de representatividade de suas particularidades em relação aos homens e às mulheres brancas no interior do movimento feminista, fez com que houvesse a necessidade de um movimento que compreendesse os processos de opressão em torno das mesmas refletindo uma nova política de luta e organização gerando uma perspectiva e consolidação do feminismo negro, para uma autoafirmação de se perceber uma mulher negra dentro do meio que a cerca.

3.2- A construção da identidade de meninas negras

O processo de construção da identidade ocorre desde a infância, a partir das informações que nos relatam e das nossas vivências, sendo assim, o indivíduo procura similaridades para adequar-se e socializar-se. Entretanto, o indivíduo negro, não se ver refletido no padrão da nossa sociedade, onde o padrão que se tem destaque, é o indivíduo branco.

Lília Pereira (2012) pontua que a identidade negra ocorre a partir de um processo coletivo, e a construção da identidade negra é formada por meio de significados e representações dos atores sociais. Ela não é inata ao indivíduo, mas sim construída nas relações e meios sociais.

Neste sentido, a identidade negra acontece [...] como um movimento que não se dá entretanto, apenas a começar a partir do olhar de dentro, do próprio negro sobre si mesmo e seu corpo, mas também na relação com o olhar do outro, do que está fora” (GOMES, 2008, p. 9).

As meninas negras tem um grande desafio na construção da sua identidade, diante de uma sociedade que desde sempre, lhe ensina que para ser aceita, precisa negar-se a si mesmo, afetando a sua autoestima, como também a sua autoaceitação. A construção da autoestima passa por um processo de socialização. Entende-se por autoestima um conjunto de sentimentos e pensamentos do indivíduo sobre seu próprio valor, competência e adequação, que se reflete em uma atitude positiva ou negativa em relação a si mesmo (ROSEMBERG, 1965). E a autoaceitação tem mais a ver com a maneira que a pessoa se sente consigo mesmo. Assim, Barreto (2010) comenta que autoaceitação envolve se perceber com valor próprio, poder dizer que “tenho valor”, “que sou capaz” e poder me afirmar e de dizer não, é estar a meu favor, ser coerente com o que sinto.

Neste processo, despertar a autoestima das meninas negras faz parte desta construção de identidade, trazendo a cultura africana e afro-brasileira para a sala de aula, valorizando-se a beleza estética e cultural de cada uma delas, para que se amem e se aceitem. A família é de fundamental importância para esta composição, mas muitas das vezes deixa de influenciar positivamente, sendo que a representatividade negra positiva é essencial para que se tenha uma base forte na sua trajetória de autoconhecimento, com o intuito de sentir-se valorizada para adquirirem autoconfiança. Diante a tudo isto, é muito importante a apresentação de exemplos positivos de pessoas negras, em especial às mulheres negras, que ocupam funções de notoriedade, para que as mesmas sintam-se representadas e inspiradas, e entendam o próprio processo de existência e formação enquanto sujeito pertencente a uma sociedade.

A escola deve ser um ambiente acolhedor, assim como o ambiente familiar, onde as meninas devem sentir-se bem vindas e bem vistas, garantindo através do currículo e das práticas educacionais que sejam expressadas conhecimentos positivos em relação à negritude para a construção da identidade delas.

4- Da formação de professores às práticas pedagógicas antirracistas



Pinterest/meninas-negras-desenho

Neste capítulo será abordado a formação de professores para uma educação com práticas pedagógicas antirracistas que visem a ser trabalhadas no ambiente escolar. A análise será realizada a partir de algumas referências bibliográficas. Ao longo do texto apresentaremos interpretações com base na nossa experiência de ensino.

4.1- Formação de professores

Uma educação antirracista não se dá pela comemoração de uma ou duas datas no calendário escolar, mas se trata de um arrojado arcabouço de ferramentas metodológicas e transformações político-pedagógicas que vão desde a formação dos professores até a disposição do espaço escolar. (GONÇALVES, 2020)

O professor tem um papel muito importante no que se refere ao combate ao preconceito racial, pois, assim ele é um agente mediador que ao perceber formas de discriminação entre os educandos, deve intervir, a fim de que cada vez menos, essas práticas aconteçam em uma escola. Ele deve assumir o compromisso pedagógico e social de superar o racismo e problematizar a questão racial na sala de aula.

Quanto à formação de professores é relevante também destacar a posição de professores que diante de situações discriminatórias, preconceituosas ou racistas ocorridas no espaço escolar, não sabem lançar mão destas, como momento pedagógico privilegiado para discutir a diversidade e conscientizar seus alunos sobre a importância e a riqueza que ela traz à nossa cultura e à nossa identidade nacional. (MUNANGA, 2005, p. 15)

O sistema educativo não contempla de uma maneira satisfatória a cultura e a identidade dos alunos que representam a minoria dos estudantes negros. Então, deve-se trabalhar para a superação das diversas formas de expressão do racismo, na escola, que tem um papel imprescindível, na formação destes estudantes. Nela, encontramos também o preconceito quando não se executa ideias positivas em que o negro seja valorizado, pois alguns professores se calam e não trabalham estes temas para que possa ser desenraizado este assunto, interferindo diretamente na formação identitária, na autoestima, na aprendizagem e nas relações humanas.

O ambiente escolar deve respeitar a diversidade, valorizar as matrizes africanas e reconhecer a importância da África e de seus descendentes na formação da sociedade brasileira.

Segundo Garda (2012), a escola que se conecta ao aluno se volta ao sujeito por inteiro, leva em conta todos os aspectos de uma pessoa em desenvolvimento, biológico, psicológico, ambiental, cultural, social, religioso, cultural, em todas as suas dinâmicas. A escola deve ser um lugar para a promoção da igualdade e da cidadania.

Cavalleiro (2001) relata que é indispensável construir uma escola antirracista se a meta é um mundo melhor. A autora, ao analisar o racismo em escolas brasileiras, com propriedade afirma que há urgência em se buscar uma política na área de educação que rompa com o status quo, de modo a contestar conscientemente e declarar a inexistência de uma democracia racial em nosso país.

Muitos professores ainda estão voltados para uma educação eurocêntrica, sem o devido preparo para ministrar aulas com conteúdos multiculturais. Deve-se descolonizar os currículos da Educação Básica, pois é

importante que haja uma reformulação e que a lei seja realmente implantada de maneira efetiva no âmbito escolar. Em relação à África e aos afro-brasileiros, desenvolvendo-os como parte do processo de formação humana, formando professores reflexivos para a diversidade étnico-racial e que reflitam sobre as suas atuações, de forma a compreender e agir para uma prática educativa que contribua para que as meninas negras cresçam mais autônomas e mais seguras.

As meninas negras tem um grande desafio, me refiro aqui às que não se sentem representadas, o de construir a sua identidade, diante de uma sociedade, que desde sempre, lhe ensina, que para ser aceita, precisa negar-se a si mesmo, onde, em muitos dos casos, são submetidas a condições sociais de inferioridade e desvalorizam suas características físicas e suas capacidades intelectuais. Desta forma a escola também tem o seu papel na formação de professores sobre a importância da diversidade cultural, onde possa possibilitar uma educação, garantindo direitos à diferença e que se possa realizar discussões sobre o racismo e despertar o pertencimento étnico das meninas negras.

Devemos trabalhar com as práticas antirracistas na sala de aula, com embasamento na Lei 10.639/03, para que possamos nos amparar quanto a esta lei e assim, contribuir na construção da formação da identidade dos negros e em especial, das meninas negras, das quais estamos tratando neste trabalho.

Segundo Gomes (2012, p. 102), é importante reafirmar “[...] a necessidade de formar professores e professoras reflexivos e conscientes sobre as culturas negadas e silenciadas nos currículos”. As estratégias individuais e coletivas se tornam cada vez mais necessárias, buscando assim uma formação de professores que promova uma nova relação com a desigualdade, a diversidade cultural e o conhecimento, enfatizando a importância de problematizar a temática das relações raciais nas escolas e assim combater o racismo. Pois, o professor deve compreender sobre este tema para que possa trabalhar na sala de aula, sem se omitir, quando se deparar com algum caso de racismo.

4.2- As práticas pedagógicas antirracistas

Para Heller (1977), a Prática Pedagógica se constrói no cotidiano da ação docente e nela estão presentes, simultaneamente, ações práticas mecânicas e repetitivas, necessárias ao desenvolvimento do trabalho do professor e à sua sobrevivência nesse espaço, assim como ações práticas criativas inventadas no enfrentamento dos desafios de seu trabalho cotidiano. As ações práticas criativas abrem caminho para o sujeito-professor refletir, no plano teórico, sobre a dimensão criativa de sua atividade, ou seja, sobre a práxis.

Nessa perspectiva, o conceito de prática pedagógica é ampliado, entendido em sua unicidade com a teoria, numa relação de dependência e autonomia relativas (VAZQUEZ, 1977).

O racismo prejudica a trajetória escolar e compromete a garantia do direito humano à educação, desumanizando pessoas e marcando estruturalmente a distribuição desigual de acesso a oportunidades, recursos, informações e poder no cotidiano, na sociedade e nas políticas do Estado.

De acordo com Ferreira e Camargo (2001, p. 89),

Naturalmente, a escola por si só não solucionará todas as questões que solidificaram o árido terreno do preconceito e discriminação raciais, mas poderá tornar-se um indicador de caminhos possíveis para a equidade inter-racial, de efetivação e gozo da exaustivamente debatida 'democracia racial', idealizada pela voz de Gilberto Freire.

É indiscutível que, o preconceito racial está presente em vários lugares da sociedade como um todo, incluindo também as escolas, onde agregam pessoas totalmente heterogêneas, de lugares e biótipos diferentes, causando um maior número de discriminação racial. A escola é uma instituição onde convivem conflitos e contradições, e a discriminação racial, existente no contexto social brasileiro, está também presente nas relações entre educadores e educandos, assim como entre os/as educadores/as e entre alunos e alunas (GOMES, 2005).

A escola deve contribuir para a ampliação do protagonismo das meninas negras e deve ser espaço privilegiado a fim de que haja socialização para que possa ser proporcionado a estas meninas uma convivência harmoniosa entre todos, no ambiente escolar, respeitando sua cultura, suas particularidades e seu modo singular de ver e pensar o mundo. É necessário um amplo esforço de atualização de formação de profissionais da educação e produção de novos materiais e metodologias. Devendo-se ir além das propostas apresentadas nos livros didáticos, que nem sempre estão narradas de modo digno às histórias, memórias e valores da população afro-brasileira.

Educação antirracista é considerada por Troyna e Carrington (1990, apud FERREIRA, 2012, p. 276) como:

uma vasta variedade de estratégias organizacionais, curriculares e pedagógicas com o objetivo de promover a igualdade racial e para eliminar formas de discriminação e opressão, tanto individual como institucional. Essas reformas envolvem uma avaliação tanto do currículo oculto como do currículo formal.

Cavalleiro (2001) sugere oito ações a serem tomadas em uma Educação Antirracista que trabalhe a favor da igualdade e valorização das diferenças, visando valorizar a diversidade étnico-racial e o combate ao racismo:

1. Reconhecer a existência do problema racial na sociedade brasileira.
2. Buscar permanentemente uma reflexão sobre o racismo e seus derivados no cotidiano escolar.
3. Repudiar qualquer atitude preconceituosa e discriminatória na sociedade e no espaço escolar e cuidar para que as relações interpessoais entre adultos e crianças, negros e brancos sejam respeitadas.
4. Não desprezar a diversidade presente no ambiente escolar: utilizá-la para promover a igualdade, encorajando a participação de todos/as os/as alunos/as.
5. Ensinar às crianças e aos adolescentes uma história crítica sobre os diferentes grupos que constituem a história brasileira.

6. Buscar materiais que contribuam para a eliminação do ‘eurocentrismo’ dos currículos escolares e contemplem a diversidade racial, bem como o estudo de ‘assuntos negros’.

7. Pensar meios e formas de educar para o reconhecimento positivo da diversidade racial.

8. Elaborar ações que possibilitem o fortalecimento do autoconceito de alunos e de alunas pertencentes a grupos discriminados (CAVALLEIRO, 2001, p. 158).

Uma prática pedagógica que promova a autoestima necessariamente necessita estar comprometida com a promoção e com o respeito do indivíduo e suas relações coletivas. O educador que não foi preparado para lidar com a diversidade tende a padronizar o comportamento dos seus alunos (ROMÃO, 2001, p. 163).

Trabalhar temáticas da diversidade, debates, palestras, rodas de conversas com ativistas sociais, leituras de autores negros, oficinas de turbantes e penteados, projetos, exibição de vídeos, documentários, apresentações teatrais e musicais como instrumentos pedagógicos para tratar da temática histórica da África e cultura afro-brasileira, como também a apresentação de personalidades negras, discutindo sobre a presença das mulheres, nas artes, na literatura, na ciência e política, tem grande importância como ações afirmativas, na valorização da cultura africana, sendo grande passo para a erradicação do racismo. Os professores devem contribuir para estas práticas, exercendo importante papel no processo da luta contra o preconceito e a discriminação racial na sala de aula.

Porém, nem sempre encontramos professores preparados para lidar com os desafios que a discriminação racial impõe em sala de aula: “[...] essa falta de preparo, que devemos considerar como reflexo do nosso mito de democracia racial, compromete, sem dúvida, o objetivo fundamental da nossa missão no processo de formação dos futuros cidadãos responsáveis de amanhã” (MUNANGA, 2005, p. 15).

É necessário que haja uma conscientização de toda a equipe escolar, reconhecendo a importância de se debater sobre este assunto. A autora Gomes

(2002, pag.41) afirma que “para sair dessa inércia em relação à questão racial na escola, é preciso assumir o compromisso pedagógico e social de superar o racismo, entendendo-o à luz da história e da realidade social e racial do nosso país”. Fortalecendo a autoestima das meninas negras e promovendo políticas públicas e ações que intencionem o empoderamento, visando superar o “complexo de inferioridade”, elas passarão a se apropriar da estética negra, passarão a se dar mais valor e se interessarão mais pelos estudos, construindo de uma forma afirmativa a sua identidade e elevando a sua autoestima e a sua autoaceitação, tomando consciência de suas raízes históricas, para que possam ter as mesmas oportunidades em relação às meninas brancas.

Considerações finais



Pinterest/meninas-negras-desenho

Este trabalho teve como propósito abordar sobre os desafios que algumas meninas negras percorrem na educação escolar para a construção da autoestima no processo de ensino-aprendizagem, pois as mesmas sofrem humilhações e rejeições em sala de aula que impactam na sociabilidade e desempenho escolar.

A herança da escravidão negra e a falta de políticas públicas, fizeram e fazem com que algumas destas meninas negras estejam à margem da sociedade. Através do meu trabalho de pesquisa, espero contribuir de uma forma produtiva, juntamente com a contribuição de educadores comprometidos com a educação, na intenção de buscar, fazer a diferença, visando a implementação dessas políticas e trabalhar práticas pedagógicas antirracistas, que façam com que estas meninas comecem a se sentir pertencentes como membros desta mesma sociedade que às exclui.

Em alguns ambientes escolares, há uma certa resistência em trabalhar e reconhecer a diversidade existente na educação brasileira. Espero que os profissionais da educação, em conjunto com às famílias e a comunidade preparem-se no decorrer do tempo para que possamos juntos, interferir positivamente na construção identitária das meninas negras no ambiente escolar, visando o seu autoconhecimento e autoafirmação para que sejam inseridas no meio em que vivem, fazendo sentir-se pertencentes à nossa sociedade.

É de extrema importância que a escola seja considerada como um espaço democrático, onde se tenha respeito e tolerância, repensando o seu currículo e a sua formação de professores. A mesma deve estar aberta para novas perspectivas referentes a diversidade étnico-racial e aos que ela nos apresenta, revendo sua postura, quando se trata dessas diferenças para que a Lei 10.639/03 seja pauta de uma discussão pedagógica onde se envolva todo o coletivo escolar.

Diante deste contexto, dar visibilidade ao ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana, é relevante para se trabalhar essas questões, pois contribuirá para uma educação antirracista, desmistificando estereótipos de inferioridade, visando o combate ao racismo, preconceito e discriminação. Assim, buscando ações de valorização e reconhecimento, respeitando à diversidade para que se possa fortalecer a identidade das meninas negras, empoderando-as para que se apropriem da sua cultura, incentivando-as a ter orgulho de suas raízes, às tornará protagonistas de suas próprias histórias.

A escola deve ser um ambiente acolhedor, onde as meninas devem sentir-se bem vindas e bem vistas, garantindo através do currículo e das práticas educacionais que sejam expressadas conhecimentos positivos em relação à negritude, pois é preciso que se assuma o compromisso pedagógico e problematize a questão racial. Que a escola se torne mais inclusiva agregando a diversidade, contemplando a todos.

Referências

ALVES, Cynthia S. **O racismo na escola e o combate com ações pedagógicas**. UEPB. Guarabira-PB. 2012.

ANDRADE, R. Representatividade: o que isso significa?. Politize!, 2020. Disponível em: <https://www.politize.com.br/representatividade/>. Acesso em: 12 set. 2022.

ANJOS, R. S. A. dos; SANTOS, D. S.; ANJOS, I. C. de A. dos.; FILHO, R. D. A CARTOGRAFIA DOS MUSEUS COM ACERVOS DA DIÁSPORA AFRICANA NO BRASIL & A GEOPOLÍTICA DA EXCLUSÃO SECULAR. **Periódico Eletrônico Geobaobas**, [S. l.], v. 3, n. 2, 2019. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/geobaobas/article/view/28149>. Acesso em: 12 set. 2022.

ASSIS, Maria Cristina de. **Metodologia do Trabalho científico**. In: Evangelina Maria B. de Faria; Ana Cristina S. Aldrigue. (Org.). *Linguagens: usos e reflexões*. 3. Ed. João Pessoa: Editora Universitária UFPB, 2009.

BARRETO, A. **Manual: cuidando do cuidador-resgate da autoestima na comunidade**. Fortaleza: [s.n.], 2010.

BRASIL. **Lei** nº 1.390, de 3 DE JULHO DE 1951.

BRASIL. **Lei** nº 7.716, de 5 DE JANEIRO DE 1989.

BRASIL. **Lei** nº 10.639, de 9 de JANEIRO de 2003.

BRASIL. **Estatuto da Igualdade Racial. Lei** nº 12.288, de 20 de julho de 2010.

CARNEIRO, Sueli. **Estudos Avançados. Mulheres em movimento**. São Paulo. Sept/Dec, vol. 17, nº 49, nº 03, 15 de novembro de 2003.

CAVALLEIRO, Eliane. (Org.). (2001). **Racismo e anti-racismo na educação: Repensando nossa escola**. São Paulo (Brasil): Selo negro.

CAVALLEIRO, E. Discriminação racial e pluralismo em escolas públicas da cidade de São Paulo. In: BRASIL, **Educação antirracista: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03/** Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005. p. 65-104.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Aurélio século XXI: dicionário da língua portuguesa.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

Ferreira, R. F., & Camargo, A. C. (2001). **A naturalização do preconceito na constituição da identidade do afrodescendente.** Eccos - Revista Científica, 3(1), 75-92.

FERREIRA, Aparecida de Jesus. **Educação antirracista e práticas em sala de aula: uma questão de formação de professores.** Ver. Educ. Públ. Cuiabá. v. 21 n. 46. maio/ago., 2012. (p. 275-288).

GARDA, Aldo Fábio. Troca de informação em serviços públicos eletrônicos no Estado de São Paulo. Dissertação (Mestrado). São Paulo: Ceeteps, 2012.

GENRO, Ângela S; ROSSI, Jaqueline F; RIBAS, Renata. **Análise crítica do Estatuto da Igualdade Racial.**2012.

GOMES, Nilma Lino. **Ações afirmativas, por que não?** In: Boletim da UFMG, Belo Horizonte, n. 1347, mai. 2002, p. 02.

GOMES, N. L. Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão. In: BRASIL. Ministério da Educação. **Educação antirracista: caminhos abertos pela Lei Federal nº10.639/03.** Coleção Educação para todos, Brasília, 2005. p. 39-42.

GOMES, Nilma Lino. **Sem perder a raiz: Corpo e Cabelo como símbolo de identidade negra.** Belo Horizonte. Autêntica 2ª ed, 2008.

GOMES, N. L. **Mulheres Negras em movimento: fazendo a diferença entre diferentes.** Congresso Português de Sociologia VI. Lisboa, 25 a 28 de junho de 2008.

GOMES, Nilma Lino. **Relações étnico-raciais, educação e descolonização dos currículos**. Currículo sem Fronteiras, v. 12, p. 98-109, 2012.

GONÇALVES, Ednéia. Avanços e desafios para uma educação antirracista. Nexo Políticas Públicas, 2020. Disponível em: <https://pp.nexojournal.com.br/perguntaempesquisador/2020/11/04/Edn%C3%A9iaGon%C3%A7alvesavan%C3%A7osedesafiosparaumaeduca%C3%A7%C3%A3o-antirracista>. Acesso em: 10 jul. 2021.

HASENBALG, Carlos A. **O Negro nas vésperas do Centenário**. *Estudos Afro-Asiáticos*. (13): 79-86, 1987.

HELLER, A. **Sociología de la vida cotidiana**. Barcelona: Península, 1977.

KERNIS, M. H. Measuring self-esteem in context: The importance of stability of self-esteem in psychological functioning. **Journal of Personality**, 73(6), p. 1569-1605, 2005.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Editora Atlas, 1992. 4ª ed. p.43 e 44.

MOITINHO, Sara. **A Criança Negra no Cotidiano Escolar**. Rio de Janeiro, 2009. 161p. Dissertação de Mestrado – Departamento de Educação, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

MUNANGA, Kabengele (org.). **Superando o Racismo na escola**. 2ª edição revisada. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005. p.15/19.

PEREIRA, Lília Campos. **A construção da identidade da mulher negra no Brasil**. 2012. Disponível em: revistas.umce.cl/index.php/Comunicaciones/article/download/653/632/. Acesso em: 02 Abr. 2017.

PINTO, C. R. J. **Uma História do Feminismo no Brasil**. São Paulo. Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. São Paulo: Editora Atlas, 1999.

ROMÃO, Jeruse. **O educador, a educação e a construção de uma auto-estima positiva no educando negro**. In: CAVALLEIRO, Eliane (Org.). Racismo e anti-racismo na educação: repensando nossa escola. 5 ed. São Paulo: Selo Negro, 2001.

ROSENBERG, M. **Society and the adolescent self-image**. Princeton, Princeton University Press, 1965.

SANTOS, Hélio. **Discriminação racial no Brasil**. In: SABÓIA, Gilberto Vergne; GUIMARÃES, Samuel Pinheiro (Orgs). Anais de seminários regionais 62 Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão preparatórios para a conferência mundial contra o racismo, discriminação racial, xenofobia e intolerância correlata. Brasília: Ministério da Justiça, 2001.

SANTOS, Sales Augusto dos. **A Formação do Mercado de Trabalho Livre em São Paulo: Tensões Raciais e Marginalização Social**. Brasília: UnB/Departamento de Sociologia, Dissertação de Mestrado, março de 1997.

SILVA, Daniel Neves. **"Feminismo no Brasil"; *Brasil Escola***. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/historiab/feminismo.htm>. Acesso em 01 de dezembro de 2022.

SILVA, Paulo Cristiano da. **A cor do racismo**. 2012

SILVEIRA, Jader Luís da. **As relações étnico-raciais**. Editora Real Conhecer, 2021. p.6.

SOARES, C.M. **Mulher negra na Bahia no século XIX**. Dissertação de mestrado, Universidade Federal da Bahia, Salvador, BA, Brasil, 1994.

SOARES, C. C. M. . **Mulher Negra na Bahia no Século XIX**. Salvador: EDUNEB, 2006. 134p .

SOARES, Vera. **Muitas faces do feminismo no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, p. 33-54, 2006.

TAYLOR, Charles. **EL multiculturalismo y la política del reconocimiento**. México: Fondo de Cultura Econômica, 1994.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em Ciências Sociais: a pesquisa qualitativa em Educação**. São Paulo: Editora Atlas, 1987.

VAZQUEZ, A. S. **Filosofia da práxis**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

Imagens:

100meninasnegras.tumblr.com/post/17547

Brunnajoshua.blogspot.com/2019/01/

Pinterest/meninas-negras-desenho